

Projeto de Extensão e Formulação do Atlas Escolar Bilíngue Guarani/Português da Comunidade e Terra Indígena Rio Silveira, em Bertiooga/São Sebastião (SP)

Vicente Eudes Lemos Alves¹

Ana Carolina Chiodi Silva²

Rodolfo Finatti³

Resumo

Esse texto visa apresentar as propostas e desdobramentos do Projeto de Extensão Comunitária, iniciado em outubro de 2013, junto à comunidade da Terra Indígena “Ribeirão Silveira” (Tekoha Morutĩ). O objetivo do projeto é a elaboração do Atlas Escolar Bilíngue Guarani/Português e materiais complementares, voltados para estudantes indígenas das duas escolas existentes na aldeia. Embora os membros da comunidade se comuniquem em guarani, a aldeia enfrenta um processo de descaracterização e relevante perda de suas tradições, bem como de seus referenciais territoriais, produzidos por um longo contato com não indígenas. Nesse aspecto, destaca-se que os materiais didáticos utilizados nas escolas indígenas são, quase em sua totalidade, elaborados em português. Com a elaboração de materiais de apoio didático na língua materna da comunidade e bilíngues, pretende-se contribuir para que o ensino-aprendizagem aproxime mais essa população de sua própria cultura, valorizando e reafirmando os saberes dos Guarani Mbya na própria aldeia, a começar pela vida escolar das crianças.

Palavras-chave: Atlas escolar, Educação Indígena, Extensão Comunitária

Introdução

A população Guarani da Terra Indígena Rio Silveira (Tekoha Morutĩ) enfrenta um processo de descaracterização e relevante perda de suas tradições, sendo crescente o afastamento de antigos valores culturais e de modos de vida de gerações passadas, especialmente no desenvolvimento de rituais religiosos e de uso do território. A aldeia conta com aproximadamente 474 indígenas (ISA, 2014) que ocupam 948 hectares de terra, no limite da escarpa da Serra do Mar com a faixa litorânea (FIGURA 1).

Esta população perdeu parte de seu território com o avanço da urbanização no litoral norte paulista ocorrido, sobretudo, a partir da década de 1960, e passa a conviver cotidianamente com os novos habitantes não indígenas que adquiriram casas de veraneio e/ou de moradia, particularmente no distrito de Boracéia, entre os municípios de Bertiooga e São

¹ Professor de Geografia Humana no Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – veudes@ige.unicamp.br

² Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – carolchiodi@hotmail.com

³ Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) – rodolfofinatti@usp.br

Sebastião. Atualmente esse grupo indígena mantém-se da venda de artesanatos à beira da rodovia Rio-Santos e de pequenas atividades agrícolas, da coleta e da pesca em áreas dentro da aldeia.

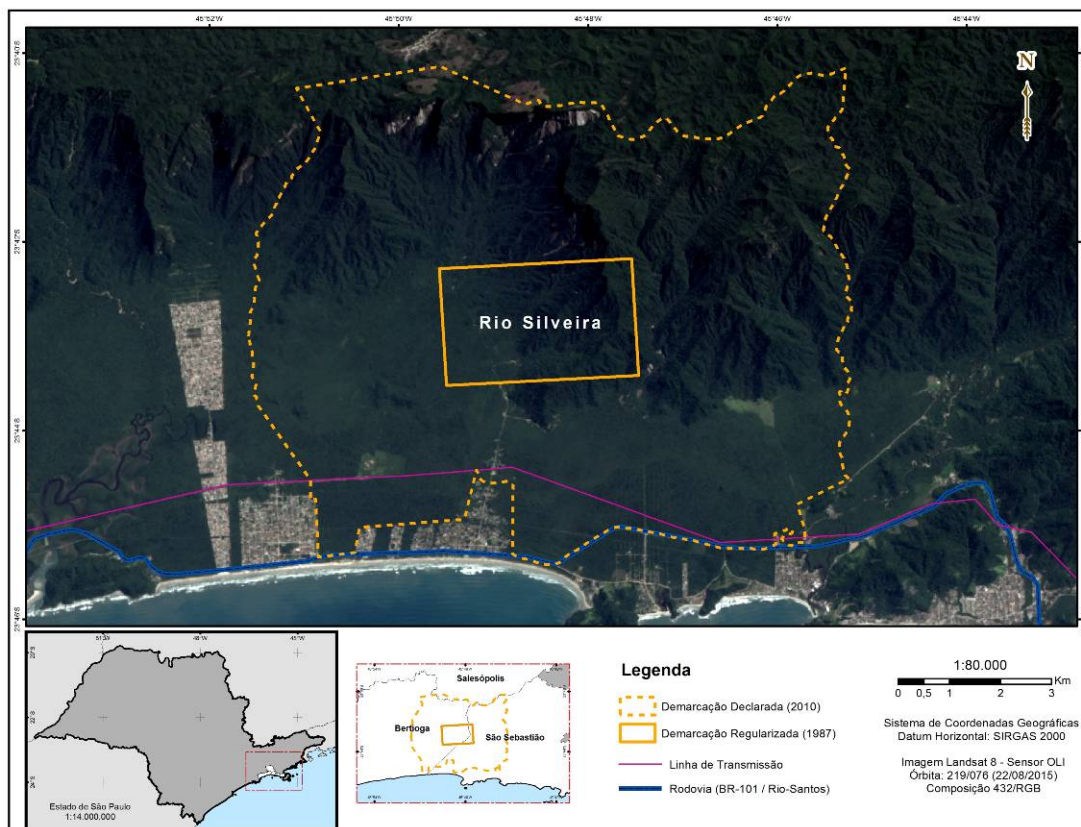


Figura 1. Localização da Terra Indígena Rio Silveira (Tekoha Morutí)

Embora a comunicação realizada pela comunidade da aldeia ocorra em guarani e tenham aumentado os mecanismos de proteção e preservação cultural desse grupo indígena, a longa convivência com as outras populações fora da aldeia, o desaparecimento de seu espaço de pesca, caça e agricultura, e a elevada taxa de mortalidade ao longo das últimas décadas (devido ao contato com a população não indígena), produziu uma irreparável perda do modo de vida e das referências territoriais dessa população.

Além disso, o fato dessa população habitar uma reserva perto da área urbana e da principal rodovia que atravessa o litoral norte, a Rio-Santos, bem como a pouca terra pertencente à comunidade que a limita para práticas de antigos usos da comunidade, como viver dos recursos naturais existentes, contribui para a fragmentação social do grupo. Isso ocorre, também, pela crescente dependência de dinheiro e de ajuda do Estado, que ocorre, atualmente, por meio de cestas básicas distribuídas pela Prefeitura Municipal de Bertioga.

O projeto de extensão foi proposto como uma possibilidade de contribuir para o enfrentamento deste problema por meio da elaboração de um atlas escolar bilíngue elaborado com participação comunitária, através da construção de mapas temáticos participativos, de material de alfabetização para crianças da comunidade, da produção de material audiovisual e de um encarte de fauna e flora.

Este último, em elaboração, buscou o resgate do conhecimento científico produzido na academia e do conhecimento tradicional do povo guarani sobre algumas plantas e animais mais representativos para os moradores da aldeia Rio Silveira. Assim, a escolha das espécies representadas no encarte ficou sob a responsabilidade de algumas lideranças aldeia.

A sugestão para elaboração do encarte de fauna e flora partiu da própria comunidade durante as primeiras reuniões visando a execução do projeto de extensão e apresentação da equipe de extensionistas. Tal sugestão, de acordo com o que expressaram, devia-se ao crescente abandono ou perda de interesse dos mais jovens pelo conhecimento transferido tradicionalmente pelos mais velhos através da oralidade. Esta situação vem contribuindo para o desaparecimento, especialmente entre os mais jovens, de antigas práticas do grupo que aproveitava a natureza para a obtenção de alimentos e de remédios para as doenças, bem como o funcionamento do ciclo da natureza para o plantio ou outra atividade relacionada às dinâmicas da natureza.

Também aparece como resultado da solicitação da comunidade, e que não foi previsto inicialmente na proposta do projeto, a elaboração de um calendário indígena guarani, no qual seriam representados os ciclos cosmológicos e as atividades cotidianas do grupo, para que nas duas escolas localizadas dentro da aldeia, onde estudam as crianças e jovens indígenas, pudessem ser representadas as particularidades do cotidiano de vida daquela população.

Este calendário permitiria, assim, garantir ao grupo a manutenção de suas tradições quanto ao respeito aos períodos em que os jovens necessitam ficar reclusos em casa (no caso das mulheres) ou irem para a mata (no caso dos homens) para cumprirem seu rito de passagem para a fase adulta, o que hoje no calendário escolar vigente nas duas unidades de ensino da aldeia não é respeitado, já que é adotado o mesmo calendário que se utiliza nas escolas não indígenas. Esse fato vem provocando conflitos da comunidade com a escola e o crescente abandono escolar, particularmente dos adolescentes indígenas.

É importante destacar, neste primeiro momento de contato com os guaranis, a importância de estabelecer interação e alinhamento de demandas e necessidades. O projeto

previa, inicialmente, a elaboração de um atlas escolar. Contudo, a partir dos encontros de alinhamento, a comunidade expressou sua necessidade em ter um material de alfabetização português-guarani, o calendário cosmológico e também um encarte de fauna e flora. Seria, portanto, esses conhecimentos que, sistematizados, ajudariam a disseminar e manter a cultura guarani por meio da vida escolar. Dessa forma, foram necessárias adaptações e prolongamento do tempo de realização do projeto de extensão para atender a estas demandas.

Premissas do Projeto

Para a elaboração dos materiais propôs-se utilizar ferramentas do conhecimento acadêmico resgatado da literatura pertinente à questão indígena brasileira, em particular sobre os guarani do litoral norte de São Paulo, e de instrumentos de reconhecimento das dinâmicas espaciais por meio de cartografia sistemática (com apoio de imagens de satélite da região e outros instrumentos cartográficos). Complementarmente, também se propôs adotar a técnica da cartografia participativa como um dos instrumentos de trabalho com a comunidade, visando obter uma leitura da espacialidade da aldeia a partir dos seus próprios representantes e aumentar a sensibilização dos líderes quanto à importância do projeto. Diante desse conjunto de objetivos foram iniciados os levantamentos orais sobre as histórias e os afazeres do grupo indígena, objetivando o incentivo à comunidade a estabelecer formas de autorreconhecimento de seus direitos a terra e aos bens materiais e imateriais existentes na aldeia.

Busca-se, dessa maneira, com a elaboração do material, criar mecanismos que possam fortalecer a identidade do grupo com seu território, bem como desencadear projetos/programas na esfera pública em favor daquela população, uma vez que tal material poderia evidenciar as formas de vida da comunidade em sua sociabilidade e também na relação com o espaço de organização da vida.

A proposta do projeto de extensão tem como intenção disponibilizar, através da elaboração dos materiais, uma importante ferramenta de proteção frente ao processo de degradação a que este grupo indígena está submetido constantemente, notadamente pelo avanço do urbano sobre suas terras e pela interferência da população não indígena na cultura da comunidade.

É importante destacar que, desde o princípio, o fundamento norteador desta proposta foi o de trabalho em conjunto com a população indígena, utilizando suas referências espaciais e seus valores sócio-cosmológicos, tais como: os limites de suas terras, os locais de referências, o aproveitamento dos bens da natureza e demais elementos que simbolizem sua cultura e seu *modus vivendi*. Assim, a construção desse material vem contando com a participação direta de membros da comunidade indígena Rio Silveira, como as lideranças (pajé, cacique, professores, pessoas mais velhas e jovens da aldeia).

Esses universos da vida material e imaterial do povo guarani do litoral norte de São Paulo foram priorizados para a identificação pela equipe do projeto de extensão para o aproveitamento na construção do atlas e os encartes. Para tanto, propôs-se que o atlas fosse produzido em duas línguas, em guarani e português, na medida em que se tratava de um grupo Guarani, falante da língua, mas que sofre cada vez mais com a influência da língua portuguesa, seja no contato com outras pessoas não indígenas (pela proximidade da aldeia com o núcleo urbano de Boracéia), seja pela interação constante com os meios de comunicação (televisão, rádio, internet, celulares etc.).

Cabe mencionar que o interesse inicial em trabalhar com um projeto de extensão na comunidade indígena deve-se aos contatos estabelecidos a partir de participação em atividades educativas na escola e trabalhos de campo com alunos de graduação realizados na reserva indígena. Estes vínculos foram reforçados com a execução do projeto de extensão, já em sua quarta fase, para o qual foram realizadas diversas visitas à comunidade indígena, o que permitiu a construção de um rico acervo de depoimentos de representantes da comunidade, de fotografias e vídeos, além de desenhos produzidos por crianças da escola sobre o cotidiano na aldeia. Os estreitamentos desses vínculos permitiram criar uma relação de confiança e um reconhecimento das necessidades de produção de material didático para a comunidade também em língua guarani, já que a maior parte dela fala sua língua materna.

Avalia-se que o atlas escolar e seus materiais complementares poderão ajudar os membros da comunidade não somente em suas atividades escolares, mas também como material de reconhecimento de suas terras e de todo o patrimônio contido nelas, sejam os bens naturais ou os bens construídos pelas distintas gerações que habitavam e habitam essa região.

Uma das perspectivas iniciais da proposta do projeto foi a possibilidade de gerar aprendizado para o grupo de extensionistas, tanto sobre a cultura indígena quanto sobre a formação profissional dos educandos da universidade, na medida em que o contato com outra

cultura representaria um avanço para a formação cidadã, ampliando a visão de mundo que iria além dos muros da universidade. Assim, a elaboração de material didático indígena representaria, do mesmo modo, a possibilidade de formação profissional de geógrafos dedicados à educação, familiarizados com metodologias distintas de produção de material didático e tendo em vista uma comunidade com distintos referenciais sobre como lidar com a escola e com o ensino baseado na escrita, já que possui como traço cultural a oralidade.

Objetivos Gerais

Foi proposto como objetivo inicial para a realização do projeto de extensão junto à comunidade da Terra Indígena Guarani Rio Silveira o desenvolvimento de um Atlas Escolar Bilíngue (guarani-português) e materiais complementares.

Para isso, realizaram-se levantamentos de informações com os indígenas, considerando suas reivindicações e sugestões para a elaboração da proposta, da história oral da população habitante na reserva, além da leitura cartográfica participativa do território indígena. Buscou-se, assim, desenvolver instrumentos capazes de estimular aquela população às formas de reconhecimento e reflexão sobre o seu próprio território, pautando a existência de limites, símbolos, trajetos sócio-cosmológicos, as relações com a natureza, a sociedade e com o espaço intra e extra-territorial da reserva indígena. Além disso, também era proposto sensibilizar as lideranças governamentais no sentido de empreender políticas capazes de valorizar as especificidades de aprendizado desses povos.

Para o cumprimento desses objetivos gerais, a equipe de extensionistas definiu algumas diretrizes de execução do projeto, por meio de etapas que foram ou estão sendo executadas, a saber: a) desenvolvimento de "mapeamento sistemático"; b) realização de mapeamento participativo do território indígena; c) estímulo à participação de jovens e crianças; d) elaboração de textos com análises da situação atual do território indígena; e) sistematização dos registros orais obtidos nas entrevistas; f) levantamento e leitura de trabalhos acadêmicos sobre distintos aspectos do povo indígena guarani do litoral paulista; g) registro, em texto, os saberes, lendas e tradições mais importantes deste grupo indígena; h) sistematização dos mapas, desenhos e textos resultantes da interação com a comunidade indígena; i) realização de levantamentos das principais características linguísticas; j) elaboração de vídeo-documentários sobre o povo guarani da reserva Rio Silveira.

É importante destacar que todas as etapas permitiram à equipe composta por estudantes de graduação e pós-graduação dos cursos de geografia, letras, linguística e artes, bem como de professores da aldeia e de outros membros colaboradores do projeto, a possibilidade de interação com um grupo indígena e suas distintas dimensões.

Vários objetivos do projeto já foram atingidos e outros, entretanto, estão sendo ajustados na medida em que avança o diálogo com a população local. Tal fato demonstra que a riqueza de um projeto de pesquisa, de extensão ou qualquer outro tipo de estudo que se realize com populações está no fato de entender que a realidade é dinâmica e que para a execução de um projeto, seja qual for sua intenção, faz-se necessário a compreensão de que ele não pode ser uma “camisa de força” cuja realidade tem de ser moldada pelos interesses dos pesquisadores, mas, ao contrário, é preciso compreender que a contribuição do trabalho acadêmico para uma determinada comunidade somente ocorrerá se ela se sentir contemplada com os resultados alcançados.

Metodologia e Avaliação Propostas para o Projeto

Para o desenvolvimento da proposta do projeto de extensão era evidente a necessidade de realização de visitas à aldeia, bem como aprofundamento de estudos sobre a terra indígena. Para isso, estabelecemos metas de encontros frequentes entre os membros da equipe participante. Ao longo dos quatro anos de sua execução, foram realizados diversos trabalhos de campo para levantamento de informações e contatos com a comunidade. Os encontros da equipe na universidade, a partir do material coletado em campo e dos levantamentos de informações estatísticas sobre a questão indígena no Brasil e estudos das referências bibliográficas, vêm permitindo o desenvolvimento de atividades de gabinete, que, por sua vez, foram se ampliando na medida em que novas visitas na aldeia aconteciam. O estabelecimento de novos diálogos, sobretudo, com o intuito de apresentar o material produzido pela equipe executora do projeto e o recebimento do consentimento e novas contribuições da comunidade indígena tem, também, ampliado o escopo do projeto pensado inicialmente.

Em relação à constituição de um processo avaliativo do projeto ao longo de seu desenvolvimento, propôs-se, desde o início, que cada uma das ações pudesse indicar os resultados alcançados e de que maneira poderia contemplar os objetivos do projeto. Para tanto, propôs-se que ocorresse uma intensa articulação do projeto de extensão com as

atividades de ensino e pesquisa, o que se realizaria com diversas oficinas tanto para os alunos envolvidos diretamente no projeto (oficinas de redação de texto, de editoração do atlas e seus materiais complementares e de conhecimento do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígena - RCNEI, dentre outras); e na aldeia com a apresentação do material para os professores das escolas da aldeia e capacitação para uso do atlas. Como se trata de um projeto de extensão buscava-se que ele pudesse valorizar o enfoque interdisciplinar e multidisciplinar. Nesse sentido, construiu-se uma equipe multidisciplinar na qual se desenvolvem diálogos envolvendo discentes da graduação, da pós-graduação e profissionais já formados nas áreas de atuação do projeto. Acrescenta-se, ainda, o fato de que o enfoque do projeto sempre foi o de transitar por distintas questões que permeiam a comunidade indígena.

Outra forma avaliativa proposta para o projeto foi a de garantir a publicação do atlas bilíngue, sendo este o produto principal a ser alcançado. Entretanto, propunham-se, também, outras maneiras de publicação a partir dos resultados atingidos: artigos em periódicos e jornais, textos em anais de congressos científicos e de extensão universitária, etc. Complementarmente propunha-se que esse material pudesse trazer impactos sociais para a comunidade, a partir da contribuição dele ao processo de ensino-aprendizagem dos estudantes das escolas da aldeia Rio Silveira, o que poderia, também, ajudar na replicação do material para outras comunidades indígenas no Brasil.

Outros possíveis impactos levantados com a execução do projeto e a entrega do material seriam: a) apropriação, pela comunidade parceira, de conhecimentos, tecnologias e metodologias envolvidas; b) o material produzido, assim como a apropriação metodológica, seria disponibilizado integralmente para a comunidade indígena e para a universidade, especialmente em atividades de ensino de graduação e pós-graduação e para futuras pesquisas; c) as diferentes propostas metodológicas que se discutiria poderiam ser aproveitadas em possíveis ações pedagógicas e de pesquisa. Além disso, o projeto poderia cumprir como meta aos participantes da equipe de extensionistas a garantia de um processo de formação teórico, de convivência com povos indígenas e de preparação profissional nas áreas da docência e de preparação de material didático.

Fundamentação Teórica

A fundamentação teórica norteadora do projeto de extensão se baseia em dois princípios básicos, a saber:

- a) A educação escolar indígena como suporte para inclusão e formação;

- b) A cartografia participativa como ferramenta para a construção de representações do território a partir do olhar dos que também vivem nesse território.

A Educação Escolar Indígena como Suporte para Inclusão e Formação

Nas últimas décadas, os povos indígenas vêm sistematicamente reivindicando ao Estado brasileiro o reconhecimento dos direitos à demarcação de seus territórios, subtraídos ao longo dos mais de 500 anos de presença dos não indígenas no continente americano. Da mesma forma, eles reivindicam o direito à educação como um bem universal, não somente porque através dela se permite o acesso ao conhecimento formal e a possibilidade de compreensão do mundo para além dos limites de sua comunidade, mas também porque a escola permite a esses povos entender outros mecanismos da vida social. Cita-se, como por exemplo, a constituição e funcionamento do aparato normativo do país que pode ser capaz de assegurar as condições de mais igualdade frente aos outros grupos sociais e a esse mesmo Estado que, contraditoriamente, estimulou seu aparelho repressivo por longo período da história para empreender o massacre de distintas etnias indígenas, como forma de garantir a apropriação do território alheio e a construção de uma ideologia de sociedade nacional, conforme aponta o texto do Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (BRASIL, 1998).

Segundo o mesmo documento (BRASIL, 1988, p.26), as relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas no Brasil possuem uma história na qual é possível reconhecer duas tendências: a de dominação, por meio da integração e homogeneização cultural, e a do pluralismo cultural.

O acesso à escola representa, nesse sentido, para esses povos, o rompimento com um campo ideológico do *status quo* da sociedade brasileira que propositadamente tratava e ainda trata as sociedades indígenas como desprovidas de capacitação para se apropriarem do conhecimento técnico produzido.

Entretanto, a garantia legislativa à promoção da educação escolar indígena, presente na Constituição de 1988, ainda não representou o direito desses povos ao pleno acesso aos bancos escolares e muito menos a garantia de que a transmissão do conhecimento formalizado, pela via escolar, respeite a autodeterminação de cada comunidade. O que se presencia, outrossim, é um sistema de ensino pouco integrador, o qual não representa, na maioria das vezes, o desejo a uma educação capaz de atender às necessidades de seus distintos

povos, embora se reconheçam avanços em algumas iniciativas exitosas de educação indígena com participação direta dos interessados na definição das formas pedagógicas. Esse é o grande desafio colocado atualmente quando se trata de educação escolar indígena. Decorrente disso, verifica-se que, embora haja diretrizes curriculares para o ensino indígena que recomendam a formulação de currículos mais próximos das realidades dos grupos socioterritoriais e que a transmissão do conhecimento seja articulado com o saber local e com respeito às tradições, pouco se avançou nessa direção.

A educação escolar para esses povos ainda está baseada em grades curriculares homogêneas, fragmentadas e “engessadoras” das múltiplas dimensões de vida das comunidades, sendo essas grades, frequentemente, as mesmas das escolas voltadas para a população não indígena.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas é um documento que integra a série dos Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, e tem como objetivo o oferecimento de subsídios e orientações para a elaboração de programas de educação escolar indígena que atendam aos anseios e aos interesses das comunidades indígenas, considerando os princípios da pluralidade cultural e da equidade entre todos os brasileiros, bem como para a elaboração e produção de materiais didáticos e para formação de professores indígenas.

O referido documento produzido pelo Governo Federal Brasileiro possui uma função formativa e não normativa, por isso, adotamos como um referencial importante para o processo de elaboração do Atlas bilíngue e de seus materiais complementares, desde questões de orientação pedagógica até orientações mais específicas acerca de situações do ensino de línguas e geografia em tais contextos.

Além disso, uma das preocupações do projeto vem sendo a construção de um material culturalmente sensível e que possua relevância política para a comunidade; para isso, acredita-se no princípio de educação intercultural apresentado por Marcon (2010), que entende o diálogo como possibilidade para que a diversidade possa ser reconhecida e transformada em direitos visando à cidadania e à superação da exclusão. Para tanto, é necessário um duplo movimento: o reconhecimento da história, da cultura, dos valores e das tradições de cada grupo indígena, mas ao mesmo tempo resgatando as experiências e conhecimentos produzidos pelos não indígenas. Sem esse diálogo, não há educação intercultural.

Tendo isso em vista, a construção do material vem sendo pensada a partir do resgate dos conhecimentos da comunidade da Ribeirão Silveira por meio da coleta de relatos orais e materiais audiovisuais, associando a isso uma seleção de conhecimentos não indígenas entendidos como relevantes para o ensino de geografia na contemporaneidade, inclusive os sugeridos pelos próprios RCNEI, e textos teóricos que abordam questões como história e mitologia Guarani.

Uma característica relevante do material refere-se ao fato de ele pretender ser, além de intercultural, bilíngue. Tal característica vai ao encontro do paradigma emancipatório, que é um dos modelos de educação escolar indígena e possui como princípio a concepção de enriquecimento cultural e linguístico. Nesse sentido, Maher (2005) afirma que, referindo-se a esse documento, o paradigma emancipatório que se quer promover é o de um bilinguismo aditivo. Ou seja, pretende-se que o aluno indígena adicione a língua portuguesa ao seu repertório linguístico, mas se pretende também que ele se torne cada vez mais proficiente na língua de seus ancestrais. Para tanto, reforça a mencionada autora, insiste-se na importância de que a língua de instrução seja a língua indígena ao longo de todo o processo de escolarização e não apenas nas séries iniciais. Além disso, esse modelo busca promover o respeito às crenças, aos saberes e às práticas culturais indígenas.

Partindo dessas concepções, do embasamento em outros materiais semelhantes já produzidos e, principalmente, da ampla participação direta de membros da comunidade, pretende-se construir o material proposto para que ele possa contribuir para uma concepção de educação escolar indígena que contemple os interesses da comunidade Ribeirão Silveira e atue como suporte para a inclusão e a formação escolar desse povo.

A Cartografia Social Participativa como Instrumento de Representação do Território

Outra discussão empreendida no projeto diz respeito ao uso da cartografia social participativa como metodologia de análise e mapeamento dos territórios dos povos. Esta discussão vem ganhando destaque nos meios acadêmicos, especialmente naquelas áreas do conhecimento voltadas para os estudos dos espaços de usos coletivos pelas populações tradicionais. O trabalho desenvolvido com a população guarani da aldeia Rio Silveira tem como perspectiva pensar os referenciais teóricos dessa corrente na análise espacial e o efetivo mapeamento da terra indígena a partir da perspectiva participativa

Buscar-se-á, sobretudo, apoio nos trabalhos desenvolvidos pela "Nova Cartografia Social", cujo objetivo é realçar a importância da participação e leitura coletiva dos espaços de reprodução da vida pelas comunidades tradicionais, como forma de assegurar o direito desses povos aos seus territórios. Esses trabalhos, coordenados pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida com extensa rede de colaboradores no Brasil e amplas pesquisas e atuação de mapeamento participativo das comunidades agroextrativistas na Amazônia, vem contribuindo para o reconhecimento do direito de posse e uso pelas comunidades (ALMEIDA & FARIAS Jr, 2013).

O uso da cartografia participativa pode ser um instrumento de diálogo pedagógico entre a cartografia sistemática, pautada no uso de ferramentas técnicas para a apropriação e sistematização de informações sobre o território, e a leitura comunitária desse mesmo território, essa última pautada em um conhecimento apurado objetivo e subjetivo das dinâmicas sociais e ambientais dos lugares. O mapa, nesse caso, torna-se uma ferramenta de análise que permite identificar, a partir da representação espacial, distintos fenômenos da realidade.

Dessa maneira, a apropriação do uso do referencial metodológico da cartografia social representa a possibilidade de abrir caminhos para a leitura e mapeamento também dos territórios indígenas a partir de uma nova perspectiva. Ou seja, aquela que considera os procedimentos da cartografia social como uma ferramenta de pensar o planejamento e a transformação social frente aos processos hegemônicos globais impostos que desarticulam e fragmentam os territórios dos povos que possuem fortes ligações com seus lugares. Para Garcia Barón (2007, p.2)

(...) la Cartografía Social es un medio para ordenar el pensamiento y generar conocimiento colectivo. Ubica nuestro papel como sujetos transformadores, visualiza lo micro, el mundo de las relaciones cotidianas en el territorio donde existimos y construimos. Es una herramienta que nos permite ganar conciencia sobre la realidad, los conflictos y las capacidades individuales y colectivas. Abre caminos desde la reflexión compartida para consolidar lecturas y visiones frente a un espacio y un tiempo específicos, para generar complicidades frente a los futuros posibles en donde cada uno tiene un papel por asumir. La cartografía Social invita a la reflexión y la acción conciente para el beneficio común.

A cartografia social participativa, nesse sentido, vem sendo adotada como referência para as discussões entre os membros do grupo de extensionistas, abordada como uma ferramenta alternativa de mapeamento do território guarani na medida em que vem servindo

para criar, recuperar e divulgar o conhecimento do território guarani. Para isso, durante os trabalhos de campo na comunidade foram empreendidos esforços para sensibilizar e estimular a participação do grupo nas oficinas de mapeamento participativo da reserva indígena Rio Silveira.

O esforço de sensibilização e envolvimento de indígenas que possam contribuir com qualidade para o projeto é necessário para todas as etapas e desenvolvimento de conteúdos e materiais complementares. Observamos que é preciso gerar sensibilização e envolvimento, em um primeiro momento, atrelado à utilidade do material e confiança entre os interlocutores para, efetivamente, conseguir interesse e participação dos envolvidos.

Todavia, uma vez alcançada essa relação, os resultados do mapeamento foram além do esperado: revelaram localizações significativas para os indígenas, sobretudo relacionadas à sua história, às suas crenças e à sua relação com alguns elementos do meio físico. O espaço mostra-se significativo e importante uma vez que este simbolismo revela também parte da intermediação que se funda entre a pessoa e o espaço no qual ela vive, e a cartografia, por sua vez, como ferramenta que permite esta apreensão, por ambas as partes (estímulo e resposta) que participam do processo.

Considerações Finais

Ficou evidente, desde o início do projeto, que existiriam distintas formas de avaliação da relação entre ensino, pesquisa e extensão e diferentes indicadores para o seu sucesso. Além disso, é nítido que a universidade necessita se aproximar mais das demandas da sociedade, entendê-las e propor conceitos, metodologias e ferramentas que ajudem a atender estas demandas.

Pudemos identificar e registrar que os povos tradicionais desenvolvem sensibilidades e senso de observação importantes sobre os fenômenos humanos e naturais que a universidade deve aproveitar como informação válida para a pesquisa. Neste sentido, o projeto de extensão revela um dos seus principais valores, qual seja o de permitir que um grupo de extensionistas perceba que a convivência humana é sempre uma relação de troca e partilha de saberes. Ao mesmo tempo, a comunidade indígena também percebe a universidade como uma instituição aliada e fonte de conhecimentos e métodos.

Acreditamos que um projeto de extensão deva ter o objetivo levantado acima. Ou seja, não deve pretender apenas transmitir conhecimento acadêmico, mas deve estar também aberto a estabelecer trocas com os povos cuja sabedoria também contribui para a interpretação do mundo. Estes povos possuem costumes, tradições, língua e uma cosmovisão própria. Assim, acredita-se que um projeto de extensão tem que considerar a interlocução entre os sujeitos e demonstrar a possibilidade de diálogo entre culturas distintas.

A execução do projeto proposto, e objeto dessa análise, poderia representar a possibilidade de aproximar não somente a universidade e suas pesquisas da realidade dos povos indígenas, mas também garantir que os alunos e professores pudessem concretizar e aperfeiçoar o conhecimento adquirido em sua formação escolar universitária. Além disso, que pudesse abrir perspectivas para que os estudantes universitários se tornassem interessados no desenvolvimento de pesquisa sobre os povos indígenas e suas diferentes dimensões socioculturais, econômicas e territoriais, temática bastante abordada em distintos estudos no âmbito acadêmico.

É certo, também, que o aprendizado adquirido numa atividade de extensão comunitária possa ajudar no trabalho docente dos alunos participantes. No caso deste projeto em execução, os conhecimentos adquiridos e a convivência com a comunidade indígena poderão ajudar os extensionistas a obter uma visão mais ampla sobre a questão indígena e reflexões com mais propriedade sobre o assunto, fato que certamente se torna relevante para a difusão desse conhecimento para a vida profissional do estudante, que no caso do grupo extensionista ocorrerá, sobretudo, em seu futuro trabalho docente, por se tratar de áreas do conhecimento com grande direcionamento para o trabalho de educação.

A elaboração do atlas bilíngue e dos outros materiais aqui mencionados representa uma possibilidade de aprendizado e ampliação do conhecimento sobre produção de material didático, bem como a sua aplicação em sala de aula. Dessa forma, argumentamos que a realização de um projeto de extensão, como o aqui apresentado, pode se constituir em um importante instrumento para tornar a relação entre pesquisa, extensão e ensino uma prática regular na vida acadêmica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. B. de & FARIAS Jr. Emmanuel de A. Povos e Comunidades Tradicionais. Nova cartografia Social. Manaus, 2013. Disponível em <http://novacartografiasocial.com/artigos/>. Acesso em 17/03/2015.

ANDRADE, E.; CARNEIRO, A. "A elaboração de documentos cartográficos sob a ótica do mapeamento participativo". Bol. Ciênc. Geod., sec. Artigos, Curitiba, v. 15, no 3, p.410-427, jul set, 2009.

ANTUNES, Irandé. Lutar com palavras coesão e coerência. São Paulo. Parábola, 2005.

BAVARESCO, A. A. "O pjê e a cartografia: os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais". Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: SEF/MEC, 1998.

CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. O índio, a leitura e a escrita. O que está em jogo? Cefiel – Centro de Formação Continuada de Professores do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), setembro de 2005.

Comissão Pro-Índio (São Paulo). "A questão da educação indígena". São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.

D'ANGELIS, W. R. A educação escolar em novos contextos políticos e culturais. In: VEIGA, Juracilda; S. A. (Org.) Questões de educação escolar indígena: da formação do professor ao projeto da escola. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB. 2001. p. 113-125.

D'ANGELIS, Wilmar e VEIGA, Juracilda (Orgs.). Leitura e escrita em escolas indígenas. São Paulo: Associação de Leitura Brasileira e Mercado das Letras, 1996.

GARCIA BARÓN, Catalina. Barrios del mundo: la cartografía social... Pistas para seguir, 2007. Disponível em: <http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Historia%20urbana%20de%20los%20barrios.pdf>.

HERNAIZ, I. "Educação na diversidade: experiências e desafios na educação intercultural bilíngue". Brasília, DF: UNESCO: MEC, 2ª edição, 2009.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Lista de Referências Bibliográficas sobre Povos Indígenas no Brasil. In: Povos indígenas no Brasil 1991/1995. São Paulo: ISA, 1996.

_____. Terras Indígenas. Terra Indígena Ribeirão Silveira. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3678>>. Acesso: 27/04/2017.

KOCH, Ingedore Villaça. Introdução à linguística textual. São Paulo, Cortez, 2004.

MAHER, T. M. O Bilinguismo e o Aluno Indígena. In: 6º Encontro sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: Desafios Atuais da Educação Escolar Indígena, 2005, Campinas. Anais... Campinas: ALB/ Núcleo de Cultura Indígena, 2005. p. 97-107.

MAHER, Terezinha. A criança indígena: do falar materno ao falar emprestado. IN: FARIA, A. L. G. e MELLO, S. (orgs). O mundo da escrita no universo da pequena infância. Campinas: Autores Associados, 2005. p.75-108.

MARCON, Telmo. Educação indígena diferenciada, bilíngue e intercultural no contexto das políticas de ações afirmativas. Visão Global, Joaçaba, v. 13, n. 1, p. 97-118, jan./jun. 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

MELIÀ, B. "Educação indígena na escola". Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/99.

MILAGRES, C. S. F. "O uso da cartografia social e das técnicas participativas no ordenamento territorial em projetos de reforma agrária". Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2011.

MORI, A. C.; RAMOS, G. Materiais didáticos produzidos pelo MEC para a Educação Indígena. Tellus, ano 6, n.10, p. 105-136, abr. 2006. Campo Grande- MS.

NASCIMENTO, A. C. e URQUIZA, A. H. A. "Currículo, diferenças e identidades: tendências da escola indígena Guarani e Kaiowá". Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.113-132, Jan/Jun 2010.

NETTO, W. F. "A transmissão de conhecimento entre os Guarani do Ribeirão Silveira". Terra Indígena, 73, pp. 7-28 (1995).

NETTO, W. F. "Os índios e a alfabetização aspectos da educação escolar dos Guarani de Ribeirão Silveira". Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

NIMUENDAJÚ, Curt [1914]. As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva- Guarani. Trad. Charlotte Emmerich e Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

RAMOS, Graziela Rocha Reghini. O MEC e a educação escolar indígena = uma análise de alguns dos materiais de formação para professores indígenas. 2010. 107 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000776424>>. Acesso: 05/09/2017.

RICARDO, F. (Org.). "Povos indígenas no Brasil". São Paulo, Instituto Socioambiental, 2011. Cartografia social participativa. ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição. Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n.107/108, p. 25-38, 2006.

TORRES, V. et al. Cartografía social como metodología participativa y colaborativa de investigación em el territorio afrodescendiente de la cuenca alta del río Cauca. Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía, vol. 21, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 59-73. Universidad Nacional de Colombia Bogotá, D.C., Colombia

VIEIRA, I. F. "Educação escolar indígena: as vozes guarani sobre a escola na aldeia". Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.